

Vasconcelos garante estar ao lado do TRE

A propósito de uma nota inserida na edição do último dia 7, no "Correio Braziliense", sob o título "Vasconcelos pode ser preso por desobediência", o editor Geraldo Vasconcelos, candidato a uma cadeira de Deputado Federal, pelo PDT, esclarece que está presenciando, uma supervisão inusitada da campanha eleitoral no país, particularmente no Distrito Federal, por parte do TRE. E sem dúvida, trata-se de esforço meritório, no que diz respeito à normatização da ética eleitoral.

Para ele exatamente por que essas normas estão sendo construídas diariamente, é que o TRE está procedendo com desdobração cautelosa ao examinar cada denúncia recebida: às decisões isoladas, sobre determinado candidato, criariam desigualdades de tratamento eleitoral, toda vez que não tivesse a Justiça Eleitoral condições de generalizar a sua determinação, isto é, obrigar a todos os candidatos através de novas determinações que vão sendo editadas.

Assim, acrescenta Geraldo Vasconcelos — "Se descrevemos essa dramática construção de uma ética eleitoral que vem sendo praticada pela nossa Justiça é para explicar a decisão por nós tomada, como candidato a uma

vaga de Deputado Federal, em face das constantes e intranquilizadoras — principalmente para os nossos familiares, amigos e correligionários — notícias de sanções, até mesmo na esfera penal, de que estaríamos ameaçados".

E prosseguiu o candidato pedetista:

— "Determinamos a supressão dos **outdoors** e igualmente o faremos para qualquer propaganda sobre a qual tenha notícia de que não está sendo bem vista pelas autoridades competentes, pois acho que precisamos exercer a democracia dando exemplo de respeito às autoridades constituídas".

Geraldo Vasconcelos, garante que — "Em contrapartida temos, também, necessidade de mostrar que saberemos lutar por nossos inalienáveis direitos, até porque teremos que legitimar a nossa candidatura perante a opinião pública".

E finalizando, assegurou que — "Em consonância com essa nossa decisão, passaremos a consultar a Justiça Eleitoral sobre todas as providências punitivas anunciadas pela imprensa, reclamando pronta decisão a respeito, para aqueles que infringem a lei não se vejam beneficiados com a sua insubmissão.